

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

ORGANIZAÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE E AGROECOLOGIA NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO SUDOESTE PAULISTA

Carlos Alberto Feliciano¹, Fernanda Aparecida Matheus²

¹ Pesquisador III do Departamento de Geografia – UNESP – Presidente Prudente. Prof. credenciado no Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP. E-mail: cacafeliciano@hotmail.com

² Doutoranda em Geografia – UNESP – Presidente Prudente. Eng. Agrônoma, especialista em Estudos Latino-americanos – UFJF/ENFF, mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP-IPPRI/ENFF. Militante do MST. E-mail: manuelaenzaenz13@gmail.com

Artigo recebido em 23/08/2018 e aceito em 08/05/2019

RESUMO

Os debates sobre a questão da agroecologia e a questão da juventude são recorrentes nas áreas de reforma agrária, seja pautado pelos movimentos sociais de luta pela terra, seja como decorrência dos conflitos inerentes à vivência e convivência cotidiana no âmbito das famílias assentadas e comunidades. A internalização do debate sobre agroecologia ainda é recente para o conjunto dos assentamentos e representa um ponto de inflexão no aspecto da organização social e produtiva, um fator de enfrentamento e resistência ao pacote tecnológico pautado pelo agronegócio e de geração de possibilidades de inserção de mulheres e jovens não só no processo de produção, mas também no planejamento da unidade produtiva e da comunidade. Logo, está colocado para os movimentos sociais, famílias beneficiárias da reforma agrária, universidades, instituições de pesquisa e o poder público, de forma geral, o desafio de construir políticas públicas e metodologias que possibilitem a inserção da juventude na organização sociocomunitária nas áreas de acampamentos e assentamentos e o fortalecimento da agroecologia, o que em grande medida tem sido articulado no contexto da educação do campo, onde se destacam o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera e os programas Residência Agrária e Residência Agrária Jovem.

Palavras-chaves: Juventude; Agroecologia; Organização Social; Residência Jovem.

SOCIAL ORGANIZATION, YOUTH AND AGROECOLOGY IN THE AREAS OF SETTLEMENTS OF AGRARIAN REFORM AT THE SOUTHWEST PAULISTA

ABSTRACT

The debates about agroecology question and youth issue are recurrent in the areas of land reform, pauted by the social movements of struggle for land or as a consequence of the conflicts inherent to the living and convivency on the daily bases at the scope of families seated and communities. The internationalization about the debate on agroecology still is very recent for de groups of seateds and represents a period of inflexion in the aspect of the social and productive organization, a factor of coping and resistance to the tecnologic package based by the agribusiness and the generation of possibilities of insertion of women and young not just in the process of production, but also in the production unit planning and communities. So, it is placed for the social movements and beneficiary families of the agrarian reform, universities, researche institutes and public power, generally, the challenge of build public politics and methodologies to make possible the insertion of youth in the community-based organizations in areas of encampments and settlements and fortification of agroecology, wich in a large

extent has been articulated at the context of camp education, where the National Program of Education and Agrarian Reform – Pronera e the programs of Agrarian Residence and Agrarian Residence Young stands out.
Key Words: Youth; Agroecology; Social Organization; Young Residence.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a relatar e analisar a vivência da juventude em áreas de reforma agrária na região Sudoeste Paulista, a partir da narrativa de um grupo de jovens educandos(as), realizada durante a dinâmica intitulada “oficina do futuro”, com o objetivo de provocar entre estes a reflexão sobre suas percepções a respeito dos limites e problemas enfrentados por suas comunidades de origem e de instiga-los a propor alternativas para a superação dos aspectos negativos diagnosticados. Tal atividade foi desenvolvida no âmbito do curso “juventude camponesa e transição agroecológica: protagonismo, participação e movimento social na construção do futuro”, realizado pela Universidade Estadual Paulista – UNESP campus Botucatu em parceria com o Instituto Giramundo; Instituto Técnico de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia Laudenor de Souza - ILS e Escola de Educação Popular Rosa Luxemburg - ERL, no período 2015-2016, com recursos do programa Residência Agrária Jovem.

O referido curso se insere no contexto das políticas públicas para educação do campo reivindicadas e impulsionadas pelos processos de lutas dos movimentos sociais do campo ao longo das últimas duas décadas. Após a realização da Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, convocada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF, um conjunto de iniciativas tem sido desenvolvidas no âmbito das políticas públicas voltadas para educação do campo. Dentre as quais podemos ressaltar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, a institucionalização em diversas universidades públicas do curso de licenciatura em educação do campo, o Programa Residência Agrária (MATHEUS; OLIVEIRA; LUZ, 2015), assim como o Programa Residência Agrária Jovem.

A metodologia do curso baseada nos princípios da pedagogia da alternância, intercalando tempo escola e tempo comunidade, organizou a turma em dois grupos reunidos periodicamente, para o desenvolvimento das atividades. Na região Sudoeste nas dependências do ILS e na região de Bauru nas dependências da ERL. Durante o tempo escola os educandos participaram de atividades teóricas e práticas com foco na agroecologia, cooperação agrícola e

organização sociocomunitária. E durante o tempo comunidade, os educandos realizaram atividades de diagnóstico da realidade das suas comunidades – acampamentos e assentamentos, discussão e socialização nos espaços familiares e comunitários dos conhecimentos desenvolvidos durante o tempo escola.

Residência Agrária Jovem é a denominação atribuída pelos movimentos sociais do campo e universidades parceiras aos projetos aprovados no âmbito da chamada pública para apoio a projetos de capacitação profissional, extensão, produção e inovações de tecnologias para áreas de reforma agrária para jovens entre 15 e 29 anos, beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Programa lançado em 2014 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Secretaria Nacional da Juventude – SNJ, sendo desenvolvido por universidades em parceria com movimentos sociais.

TÓPICOS PARA O DEBATE SOBRE JUVENTUDE E AGROECOLOGIA NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

A construção da agroecologia e a discussão do papel e espaço da juventude nos acampamentos e assentamentos constituem-se na atualidade em pontos fundamentais para o debate sobre a organização social e o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Importante frisar que tanto o debate sobre agroecologia, quanto o debate sobre a questão da juventude, estão imbricados com outros aspectos da vida dos acampamentos e assentamentos e apresentam conflitos e especificidades que são analisados pelas diversas áreas do conhecimento, com diferentes objetivos e com distintas categorias teóricas.

De'Carli (2013) remete o debate da agroecologia à compreensão da revolução verde, como processo de industrialização intensa da agricultura moderna, surgido nos EUA no período do pós-guerra e que tomou proporções mundiais, tendo dentre outras consequências na atualidade, a dependência de fertilizantes, a contaminação por agrotóxicos e a degradação rápida e intensa do solo. Além da subordinação econômica dos agricultores a esta lógica de produção, mediante a oferta de créditos e assistência técnica para financiamento e incentivo para aquisição do pacote tecnológico, que propiciou a prosperidade de alguns e o endividamento da maioria dos pequenos agricultores.

Segundo De'Carli (2013) a constituição dos primeiros assentamentos de reforma agrária nos anos 1980 seguiram a dinâmica da revolução verde, esta concepção produtivista apresentou seus limites e produziu consequências, como o endividamento e a falência da

maioria das empresas sociais dos assentados. As dificuldades estruturais encontradas pelas famílias assentadas, devido à ausência ou a proposição de políticas públicas baseadas no paradigma que visa a constituição de uma classe de empresários rurais, sem criar condições básicas para o desenvolvimento social, econômico e comunitário, perpassou o período que se iniciou com a implantação dos primeiros assentamentos na primeira metade da década de 1980 e persistem nos dias atuais. Aspecto que podemos observar no contexto dos assentamentos da fazenda Pirituba II, localizados nos municípios de Itaberá e Itapeva, região Sudoeste Paulista.

Borsatto e Carmo (2013) traçam um paralelo entre a trajetória histórica do MST e suas orientações para organização dos assentamentos e afirmam que em um primeiro momento fica evidente, a partir das publicações e análise dos discursos das lideranças, uma influência do marxismo ortodoxo, centrada na produção em larga escala, com uso intensivo da mecanização e outros componentes da revolução verde. Já a partir do programa agrário do IV congresso do MST se percebe uma mudança, com o início do debate da agroecologia, como orientadora da organização da produção e da contestação do modelo do agronegócio. Para os autores o debate da agroecologia internamente no MST, está sendo construído em um sentido ascendente, o que é evidenciado no programa agrário aprovado no VI congresso do MST e nas ações desenvolvidas nos estados, dentre as quais a realização de eventos, destacando as jornadas de agroecologia, desde 2002, no estado do Paraná e a construção de centros de formação e escolas de agroecologia em diversas localidades. Contexto em que se insere a construção de espaços de formação e capacitação técnica em agroecologia, como o ILS e a ERL, no estado de São Paulo.

A adoção do discurso da agroecologia no MST é resultado das constantes reflexões dos problemas e limites enfrentados na organização da produção e da vida comunitária dos assentamentos e da necessidade de construir outra abordagem para elaboração de uma proposta que oriente a matriz produtiva e tecnológica. A reivindicação dos movimentos sociais e famílias acampadas, junto ao INCRA, para a implantação de modelos de assentamentos baseados nos princípios da agroecologia, como é o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Professor Luiz David Macedo, no município de Apiaí, região Sudoeste Paulista, confirmam os esforços do MST em transformar a decisão política em ações e experiências concretas.

No tocante ao debate sobre a juventude nas áreas de acampamentos e assentamentos e no campo de modo geral, Trindade (2015) afirma que um dos aspectos recorrentes da análise

dos pesquisadores é a migração, relacionada a questões como a exclusão dos jovens de processos sociais e econômicos nas comunidades onde vivem, na própria família e nas políticas públicas; a invisibilidade dos jovens como sujeitos; as limitações do campo para suprir necessidades e expectativas sociais, culturais e econômicas, como a oferta de educação, trabalho e renda, espaços culturais, de entretenimento e lazer e os atrativos que o meio urbano exercem no imaginário dos jovens e seus familiares. Para Castro et al. (2017) todos estes aspectos devem ser interpretados sob a perspectiva da busca dos jovens por autonomia e construção de possibilidades de escolha.

Trindade (2015) procura compreender como a demanda dos jovens por políticas públicas, específicas para a juventude e gerais para o conjunto das comunidades e suas iniciativas ou inércia diante da realidade, podem contribuir na conquista de condições para o desenvolvimento social, econômico e cultural das áreas de reforma agrária. Destacando em sua análise a escola como elemento primordial no processo de afirmação e valorização da juventude no campo, podendo cumprir papel de reforçar ou enfrentar e resistir à ideia do campo como um espaço que não oferece possibilidades para os jovens e a concepção do campo como espaço marcado pela penosidade do trabalho e da cidade como lugar do consumo e do acesso às tecnologias e melhores condições de trabalho.

A relevância da educação para a permanência no campo e para a conquista das condições de vida almejadas pelos jovens em termos políticos, econômicos e socioculturais se destaca nos debates promovidos nos fóruns juvenis, como se pode observar a partir dos anais das Conferências Nacionais de Juventude, promovida no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude. (CASTRO, et al., 2017).

Conclui-se a partir do estudo de Trindade (2015) e Castro et al. (2017) que a escola contribui para a permanência e valorização dos jovens nas áreas de assentamentos. Porém há que se fazer a ressalva de que a escola cumpre tal papel, quando concebida e assumida pelos jovens e seus familiares, como resultado das lutas dos movimentos sociais do campo por uma educação comprometida com outro projeto de campo e de sociedade baseados na agroecologia e na proposta de democratização do acesso à terra, aos meios de produção e aos bens da natureza.

Logo, as políticas públicas e as iniciativas dos movimentos sociais para a promoção da educação do campo, são essenciais não somente para a permanência da juventude nas áreas de reforma agrária, mas também para a projeção destes como lideranças sociocomunitárias, com

capacidade de realizar diagnósticos e propor soluções levando em consideração as necessidades e expectativas dos jovens que vivem e trabalham nestas comunidades.

A projeção da juventude como ator político nas áreas de reforma agrária é uma dinâmica marcada por conflitos e exige esforço dos movimentos sociais em romper com a lógica de poder, que ainda persiste nas famílias e nas instâncias de discussão e decisão das comunidades e das próprias organizações políticas (MARTINS, 2008). Razões pelas quais, segundo a autora, não se pode generalizar a ideia de uma juventude Sem Terra politizada e engajada na militância política e nas ações de interesse coletivo. Entretanto, tal premissa pode ser alcançada, com base na realização de atividades específicas com jovens e a garantia de condições para participação ativa destes, em espaços gerais, como processos de lutas, mobilizações e coordenações.

A partir do diálogo com as questões abordadas pelos autores citados, afirma-se a relevância do curso “juventude camponesa e transição agroecológica: protagonismo, participação e movimento social na construção do futuro”, no contexto das ações voltadas para a inserção da juventude na vida sociocomunitária em suas comunidades e ao incentivo à participação nos movimentos sociais e nos debates sobre os desafios para a construção da agroecologia nas áreas de reforma agrária.

Neste sentido pode-se observar a convergência cada vez maior entre as questões referentes à relação entre juventude e agroecologia, constituindo-se foco de políticas públicas, pesquisas acadêmicas e reflexões no âmbito dos movimentos sociais, especialmente das organizações específicas de juventude. “A relação entre agroecologia e juventude é uma curva em ascensão. A busca por novas formas de praticar e viver a agricultura insere-se nessa relação” Castro et al. (2017).

De acordo com Sosa et al. (2012) a participação da juventude nos processos de construção da agroecologia é a garantia de sucesso e continuidade através de gerações, sendo a agroecologia “um conceito cujas práticas requerem participação ativa – para pesquisar, experimentar, resgatar e criar – e, por isso, é compreensível que cativa a inquietação e a imaginação dos e das mais jovens” Sosa et al. (2012, p.127).

CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE ONDE SE INSEREM OS(AS) EDUCANDOS(AS)

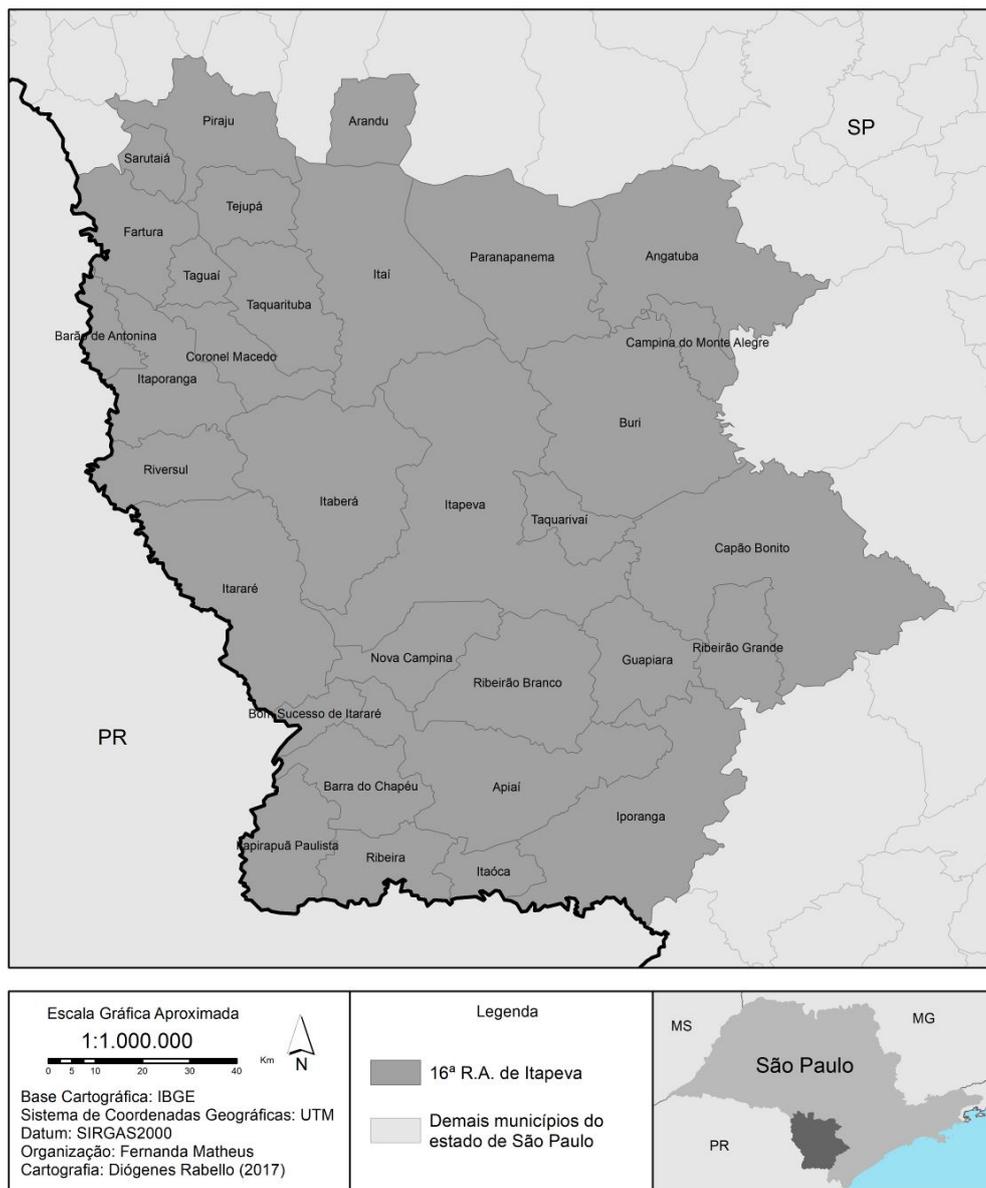
A região Sudoeste Paulista, onde se desenvolvem as ações do referido curso, é caracterizada como uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo, comparada inclusive

com regiões mais pobres e menos desenvolvida do país (FAVARETO, 2007), integra a lógica de desenvolvimento capitalista contemporâneo cumprindo o papel na divisão internacional do trabalho de produtora de *commodities*, apresentando nos últimos anos, um avanço vertiginoso do agronegócio, de modo especial, da soja e da pinocultura (MATHEUS, 2018). Mantendo, porém, ainda em torno de 20% da população vivendo no campo, números expressivos em contraposição à média apresentada pelo estado de São Paulo de apenas 4,06% da população vivendo no campo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2018]).

A estrutura fundiária historicamente desigual (NOGUEIRA, 1999) se acentua nos últimos anos com a ampliação do agronegócio e o avanço da soja, do pinus e do eucalipto sobre terras de pequenos agricultores - pequenos proprietários e posseiros. Segundo Porto (2014) a condição dos pequenos agricultores posseiros é a que apresenta maior fragilidade diante da demanda por novas áreas pelo agronegócio, devido à ausência da titulação reconhecendo a propriedade ou a posse, impossibilita ainda mais as condições destes, de resistir nas terras onde vivem em cultivam ao longo de décadas.

A região apresenta pequeno desenvolvimento industrial, com predomínio dos postos de trabalho no setor agropecuário e de serviços (SÃO PAULO, 2013). Além da produção agropecuária, as empresas existentes dedicam-se à mineração, à exploração madeireira e à produção de celulose. Apresenta baixo crescimento populacional ou mesmo negativo; trabalho sazonal e baixos salários (NOGUEIRA, 1999). As relações e as condições de trabalho são precarizadas, inclusive com denúncias, na década de 1990, de ocorrência de trabalho infantil e análogo ao escravo (SOLIDARIEDADE, 1994).

Figura 1 – Mapa da região administrativa de Itapeva¹ “Sudoeste Paulista”



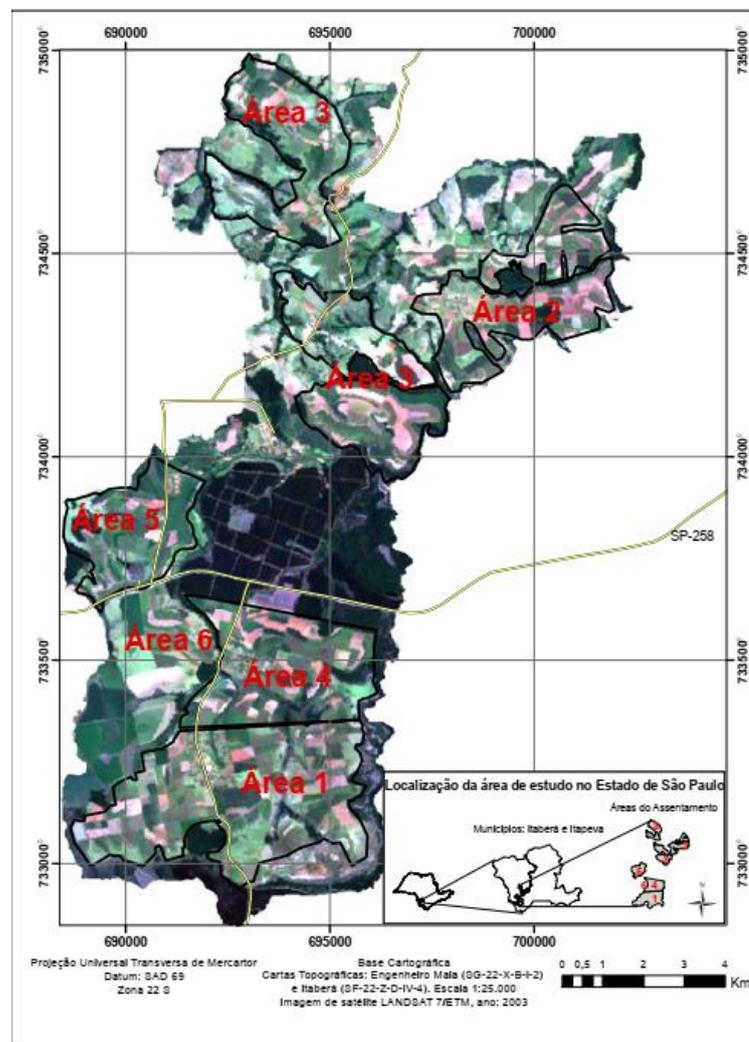
Fonte: Matheus (2018, p.92).

O assentamento Pirituba II é resultado dos processos de luta pela terra iniciados nos primeiros anos da década de 1980 em uma área de 17.400 hectares, localizada nos municípios de Itaberá e Itapeva, pertencente ao governo do estado de São Paulo. Após duas ocupações sequenciais nos anos 1982 e 1983 reprimidas pela polícia e por jagunços contratados por grileiros que ocupavam irregularmente a área, na madrugada de 13 de maio de 1984, 300 famílias oriundas dos municípios de Itaberá, Itapeva e outros municípios da região e do Norte

¹ Optamos neste trabalho por denominar de região Sudoeste Paulista, o recorte definido recentemente (2014) pelo poder executivo estadual como região administrativa de Itapeva.

do estado do Paraná ocuparam pela terceira vez a Fazenda Pirituba. Em novembro de 1984 o governo Franco Montoro, destina parte da área para assentamento de 150 famílias, criando os dois primeiros assentamentos, denominados agrovilas I e II. (SHIMBO, 2006; MATHEUS, 2018).

Figura 2 – Localização dos Assentamentos na Fazenda Pirituba II



Fonte: Shimbo (2006, p.26).

Atualmente são assentadas na fazenda Pirituba 426 famílias, distribuídas em 9 assentamentos, com distintas idades, com lotes de cultivo variando entre 14 e 16 hectares e lotes de moradia entre 0,3 e 1 hectare. O modelo adotado para a organização espacial destinou um lote por família para o desenvolvimento de agricultura voltada para o mercado e um lote para moradia em sistema de agrovila para o cultivo de hortas e pomares e criação de animais de pequeno porte. (CANUTO, 2013; MATHEUS, 2018).

O modelo de produção que se estabeleceu ao longo dos anos foi e ainda é fortemente influenciado pelo pacote tecnológico da revolução verde com intensivo uso de motomecanização, sementes híbridas e agrotóxicas, recentemente também houve a introdução de cultivos transgênicos. No entanto, uma particularidade observada nos assentamentos da Pirituba é a ocorrência de uma diferenciação entre a lógica de produção adotada nos lotes de cultivo e nos lotes de moradia, nos lotes de plantio predomina uma atividade econômica subordinada ao agronegócio, com destaque para o intenso uso de agrotóxicos e adubação mineral. E nos lotes de moradia se desenvolvem cultivos destinados ao autoconsumo com a comercialização do excedente, nestes cultivos o uso de agrotóxicos e adubação mineral é praticamente ausente, definindo um modelo de produção que alguns autores têm denominado como quintais agroflorestais (CANUTO, 2013), com práticas que compartilham princípios da agroecologia, como diversificação da produção e não uso de agrotóxicos.

Por sua vez, o assentamento Professor Luiz David Macedo, foi implantado em 2006, no município de Apiaí, a partir da modalidade PDS, com a concepção de construção de uma matriz produtiva de baixo impacto ambiental nas áreas de reforma agrária, comprometida com a produção de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos e de manejo sustentável da biodiversidade local. O assentamento beneficia 93 famílias, abrangendo uma área total de 7.000 hectares, sendo que 1.200 são destinados a realização de atividades agrícola e pecuárias, os demais 80% da área são destinados a manutenção da mata nativa e conservação de nascentes. (KAWAKAMI, 2010).

Segundo levantamento de campo realizado pelo convênio INCRA/NACE-PTEC/ESALQ² (2007) 39 % da população desta comunidade está composta por jovens, a base produtiva está baseada na produção de hortaliças, legumes e frutas agroecológicas, certificadas pelo sistema de certificação solidária, através da OCS (Organização de Certificação Solidária)³ Água Viva⁴. A comercialização da produção é realizada basicamente nos programas de compras institucionais, especialmente PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e a associação formada pelas famílias assentadas – Associação de Produtores Agroecológicos da Mata Atlântica do Vale do Ribeira – Ecoovalle tem tomado iniciativa de

² Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

³ Este sistema de certificação é realizado com base no princípio da confiança mútua entre produtores, sob orientação e supervisão do Ministério da Agricultura, retirando os agricultores das mãos das empresas de certificação orgânica.

⁴ Segundo Marcelo Laurino, representante o Ministério da Agricultura, responsável pelo acompanhamento aos processos de certificação, em palestra aos agricultores do Assentamento Pirituba II, em 29 de outubro de 2014, a OCS Água Viva é maior em funcionamento no estado de São Paulo.

comércio solidário, com grupos urbanos de consumo, principalmente da região Metropolitana de São Paulo.

Segundo relatos de dirigentes do MST, ao longo do processo de preparação e de realização das atividades em comemoração aos 20 anos de sua fundação em 2004, o MST iniciou discussões e assumiu o projeto de construção de um espaço político-pedagógico para a difusão da agroecologia. Ação concretizada em 2006 com a fundação do Instituto Técnico de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia Laudenor de Souza – ILS. Instituição de abrangência estadual, sediada no assentamento Pirituba II – Agrovila V, município de Itaberá, integrada por técnicos, educadores e agricultores, com o desafio de impulsionar ações em contraponto ao modelo tecnológico do agronegócio, promover a pesquisa, a experimentação, o ensino e a difusão dos princípios e práticas agroecológicas, a soberania alimentar, a saúde humana e os cuidados com os bens da natureza.

Desde sua fundação o ILS, também chamado de Escola de Agroecologia, tem participado ativamente de ações em agroecologia, educação ambiental, promoção em saúde e educação do campo nas áreas de assentamentos, atuando ativamente no combate ao uso de agrotóxicos no estado de São Paulo, principalmente na região Sudoeste Paulista. Logo, enfrenta as contradições inerentes ao processo de constituição dos assentamentos nas décadas de 1980-90.

A Escola foi criada no Assentamento - num território em permanente disputa que sofre uma investida do capital impondo aos assentados todo o pacote tecnológico da revolução verde - como forma de contestar o modelo agrícola hegemônico imposto pelo agronegócio na região. (ROMAN; REIS, 2015).

No transcurso do período de fundação até o momento atual, o ILS realizou e promoveu a participação das famílias assentadas, de forma especial da juventude, em vários debates relacionados ao tema da agroecologia. Coordenou conjuntamente com o Colégio Técnico da Universidade de Campinas (COTUCA) o curso técnico em agroecologia (2007-2010), formando 50 técnicos, que atualmente atuam nas regiões Vale do Ribeira, Centro-Oeste e Sudoeste Paulista, com comunidades de assentados de reforma agrária, pequenos agricultores e populações tradicionais. Entre outras iniciativas relevantes, pode-se citar a participação nas jornadas de agroecologia no estado do Paraná e no III Encontro Internacional de Agroecologia realizado, em 2013, na cidade de Botucatu-SP; a implantação de unidades de Sistemas Agroflorestais - SAFs, na região Sudoeste Paulista, através do projeto Agroflorestar, em parceria com a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta e a coordenação do curso Juventude camponesa e transição

agroecológica: protagonismo, participação e movimento social na construção do futuro, foco de análise deste trabalho.

OFICINA DO FUTURO: DIAGNÓSTICO E PROJEÇÃO DE SOLUÇÕES PARA OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO PONTO DE VISTA DA JUVENTUDE

O grupo de 23 educandos(as) que participa das atividades do curso “juventude camponesa e transição agroecológica: protagonismo, participação e movimento social na construção do futuro”, desenvolvidas na região Sudoeste Paulista, em sua maioria são oriundos(as) do Assentamento Pirituba II, municípios de Itaberá e Itapeva e PDS professor Luiz David Macedo, município de Apiaí. Contando, no entanto, com 1 educando do Assentamento Carlos Lamarca, município de Sarapuí; 1 educanda do acampamento 08 de março, município de Riversul e 1 educando de uma comunidade de pequenos agricultores do município de Bofete.

A oficina do futuro, consistiu em um exercício proposto durante a segunda etapa do tempo escola, realizada com o objetivo que provocar entre os(as) educandos(as) a leitura sobre o assentamento onde vivem, buscando compreender a realidade onde estão inseridos e se desafiar a propor ações para resolução dos principais problemas apontados. O grupo foi organizado em cinco subgrupos, levando em consideração a comunidade onde vivem: Agrovila I, Agrovila III, Agrovila V, Agrovila VI e PDS professor Luiz David Macedo⁵.

Em um primeiro momento cada subgrupo efetuou o desenho de um mapa de sua comunidade destacando os principais espaços de vivência e convivência e elencaram os problemas ambientais, sociais, culturais e econômicos de maior relevância.

No quadro a seguir, os principais elementos dos relatos por cada subgrupo.

⁵ Os educandos do assentamento Carlos Lamarca, acampamento 08 de março e Bofete foram integrados nos subgrupos destacados no exercício, pois era apenas um educando por localidade.

Quadro 1 - Principais espaços de vivência e convivência e problemas de maior relevância

Comunidade	Principais espaços de vivência/convivência	Problemas de maior relevância
Pirituba II- Agrovila I	- Escola - Campo de futebol - Mercado	- Uso de agrotóxicos - Más condições das estradas - Poços desbarrancados - Esgoto a céu aberto
Pirituba II – Agrovila III	- Agrovila - Campo de futebol	- Falta de proteção às nascentes - Alcoolismo - Falta de espaços culturais - Falta de postos de trabalho para jovens e mulheres - Más condições das estradas
Pirituba II – Agrovila V	- Campo de futebol - Bar	- Contaminação das nascentes por agrotóxicos - Uso indevido da área de reserva. - Embalagens de agrotóxicos dispensadas aleatoriamente
Pirituba II – Agrovila VI	- Não foram identificados pelos educandos espaços de vivência e convivência coletiva.	- Proximidade das moradias às áreas onde se utilizam agrotóxicos - Não tem espaços de lazer - Monocultura – provoca endividamento, adoecimento, dependência do pacote tecnológico
PDS prof. Luiz Davi Macedo	- Não foram identificados pelos educandos espaços de vivência e convivência coletiva.	- Falta de água canalizada nas residências - Não tem escola e posto de saúde - Obras inacabadas: Unidade de Processamento de alimentos – UPA e cozinha comunitária - Não tem espaços de lazer - Grandes distâncias entre as residências dificultam: a convivência, o acesso aos serviços básicos de educação e saúde e a participação na vida comunitária

Organização: MATHEUS, F. A.

No segundo momento do exercício o debate nos subgrupos foi orientado pelas seguintes questões:

- Como poderia ser o assentamento onde resido?
- Como resolver os problemas que afetam a vida dos jovens e da comunidade de modo geral?
- Que ações poderiam ser desenvolvidas pela juventude para superação dos problemas e limites diagnosticados?
- Como o curso de agroecologia pode contribuir na intervenção da juventude nos assentamentos? E quais atividades podem ser propostas como ação do curso “juventude camponesa e transição agroecológica: protagonismo, participação e movimento social na construção do futuro”?

A sistematização das propostas apresentadas se encontra no quadro a seguir.

Quadro 2 – Propostas para melhorias nas comunidades e de ações que podem ser desenvolvidas pelos educandos do curso

Assentamento	A serem implementadas pela comunidade ou pelo poder público	A serem desenvolvidas pelos educandos/juventude
Pirituba II - Agrovila I	<ul style="list-style-type: none"> - Separar os lotes das agrovilas dos lotes de produção - Desenvolver policultivos nos lotes da agrovila - Reformar campo de futebol - Construir academia ao ar livre 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover realização de palestras e oficinas.
Pirituba II - Agrovila III	<ul style="list-style-type: none"> - Construir quadra poliesportiva - Valorizar dos pontos turísticos da comunidade; - Construir espaços para jogos; - Arrumar estradas e lajotar ruas - Construir parque para crianças; - Construir rede de tratamento de esgotos; - Construir duas caixas d’água para abastecimento do assentamento. - Incluir filhos no trabalho nos lotes 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar uma lanchonete com som no espaço da cozinha comunitária - Realizar oficinas com jovens e idosos;

Quadro 2 – Propostas para melhorias nas comunidades e de ações que podem ser desenvolvidas pelos educandos do curso (continuação)

Assentamento	A serem implementadas pela comunidade ou pelo poder público	A serem desenvolvidas pelos educandos/juventude
Pirituba II - Agrovila V	<ul style="list-style-type: none"> - Efetuar plantio de árvores ao redor da agrovila para diminuir impacto dos agrotóxicos - Construir quadra e área de lazer - Incluir os jovens na produção - Buscar diversificação da produção através das políticas públicas - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros 	- Recuperar as nascentes e realizar palestras e cursos sobre a importância desta ação
Pirituba II - Agrovila VI	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar agroflorestas - Retomar grupo de artesanato com mulheres - Dar vida aos espaços comunitários: barracão - Incluir as mulheres na produção - Construir área de lazer, parque e área de pesca 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar de momentos de cursos, exibição de filmes e reuniões - Realizar cursos, encontros com jovens para debater agroecologia
PDS professor Luiz David Macedo	<ul style="list-style-type: none"> - Construir escola, posto de saúde e área de lazer no assentamento - Prefeitura criar condições para acesso ao transporte coletivo 	Não foram identificadas propostas neste quesito

Org.: MATHEUS, F. A.

Analisando os resultados do exercício pode-se observar que os jovens demandam aspectos específicos relacionados ao acesso à educação, lazer, participação social e trabalho, mas também questões gerais de organização e de infraestrutura social e produtiva das comunidades, indicando que a materialidade da vida dos jovens nos assentamentos está intrinsecamente relacionada ao conjunto da vida de seus familiares e da comunidade. Também se verifica uma demanda de inclusão tanto dos jovens, quanto das mulheres no processo

produtivo e acesso às políticas públicas, aspectos diretamente associados à dimensão econômica, mas não somente, visto que a participação na produção se apresenta também como importante fator para a promoção da autonomia e participação na vida comunitária e nos espaços de decisão política.

A questão dos agrotóxicos se destaca dentre os principais problemas detectados nas comunidades. De um modo geral, percebe-se que as preocupações com as questões ambientais e a agroecologia orientam as análises apresentadas pelos educandos(as), o que se constitui em fator relevante na disputa da matriz produtiva, científico e tecnológica a ser desenvolvidas nas áreas de reforma agrária. Indica que há um processo de formação de uma massa crítica capaz de questionar, mesmo que indiretamente, o modelo do agronegócio e as bases da revolução verde e pode ser potencializada para estruturação da transição agroecológica, para a consolidação da agroecologia e para a dinamização dos processos de organização social. Entende-se que este processo é resultado da participação dos jovens no curso, visto que estes relatam a existência de poucos de espaços de vivência e convivência social nas comunidades.

De forma geral pode-se deduzir, a partir da ênfase dada aos processos de formação e capacitação nas proposições de ações a serem desenvolvidas nas comunidades, o reconhecimento do papel da educação na promoção do desenvolvimento sociocomunitário, político e econômico. Este foco também, possivelmente está relacionado à fundamentação da concepção de agroecologia, como uma construção dinâmica que exige constante estudo, reflexão, intercâmbio e trocas de experiências.

CONSIDERAÇÕES: COM CERTEZA NÃO SÃO AS FINAIS

A comparação entre o Assentamento Pirituba II e o PDS Professor Luiz David Macedo, levando em consideração os períodos de implantação de cada comunidade demonstram as diferenças na concepção de matriz produtiva e tecnológica adotada e corrobora as afirmações de Borsatto e Carmo (2013) de que a construção do discurso e da adoção de práticas agroecológicas nas áreas de reforma agrária tem caminhado em sentido ascendente.

Os desafios enfrentados para a construção da agroecologia apresentam características peculiares nos assentamentos mais antigos e nos assentamentos mais recentes. No primeiro caso é necessário um processo de desconstrução do paradigma de produção adotado até então e de proposição de metodologias para a transição agroecológica. No segundo caso, trata-se de

construir a agroecologia desde o início, levando em consideração a falta de infraestrutura produtiva e de logística para comercialização. Em ambas as situações, os assentados vão se confrontar com falta de assistência técnica e de recursos para investimentos enfrentando a hegemonia do agronegócio e seu aparato tecnológico e financeiro.

A realização do curso “Juventude camponesa e transição agroecológica: protagonismo, participação e movimento social na construção do futuro”, se insere em um contexto de políticas públicas voltadas para a educação do campo, para a difusão da agroecologia e para a inclusão dos jovens nos processos sociocomunitários e organizativos. Contribui para dinamizar, fortalecer e projetar reflexões, construção do discurso e práticas que influenciam na produção de uma matriz científico-tecnológica de combate a práticas agrícolas degradantes e baseadas no uso intensivo de agrotóxicos.

O programa Residência Agrária Jovem se constitui em um importante instrumento de promoção de debates entre os jovens, instigando-os para refletir sobre a realidade em que estão inseridos, o que pode representar uma possibilidade de projeção dos jovens como sujeitos atuantes que contribuem para a mobilização no sentido de demandar, propor e executar políticas públicas, convergindo com o debate desenvolvido por Trindade (2013) e Castro et al. (2017).

Iniciativas desta natureza, também dialogam com a discussão realizada por Martins (2008), sobre a necessidade de ações concretas para a projeção dos jovens das áreas de reforma agrária como sujeitos políticos e atuantes nas comunidades e nos movimentos sociais, a politização da juventude nos processos de luta pela reforma agrária é um processo que exige intencionalidade e disposição das organizações e seus dirigentes para forjar mecanismos e dinâmicas de exercício do poder que respeitem e promovam a inserção dos jovens.

Com base nas análises desenvolvidas ao longo deste trabalho, há uma expectativa quanto ao estabelecimento de mecanismos, tanto por parte dos movimentos sociais, quanto do poder público, de acompanhamento dos jovens egressos em suas comunidades visando observar as efetivas contribuições destes e do curso de modo abrangente para a vida cotidiana das famílias assentadas e comunidades e a relevância para a transformação da paisagem, da lógica predominante do agronegócio para a dinâmica da agroecologia.

REFERÊNCIAS

BORSATO, R.S; CARMO, M.S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). RESR, Piracicaba-SP, v. 51, n. 4, p. 645-660, out./dez. 2013. Disponível em:

< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400002>.

Acesso em: 30 jul. 2016.

CANUTO, J. C. (Org.). GT 06 – Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de contraposição ao produtivismo/quintais agroflorestais como estratégia de sustentabilidade ecológica e econômica. Rede de Estudos Rurais. 2013.

CASTRO, E. G.; et al. Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do PLANAPO. In: SAMBUICHI, R. H. R.; et al. (Orgs.). A política nacional de agroecologia e a produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

DE'CARLI, C. O discurso político da agroecologia no MST: o caso do Assentamento 17 de abril em Eldorado dos Carajás, Pará. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (online) 100, 2013. Disponível em: <URL:<http://rccs.revues.org/5245>;DOI:10.4000/rccs.5245>. Acesso em: 03 ago. 2016.

FAVARETO, A. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sudoeste Paulista (SP). Ministério de Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. São Paulo/Itapeva, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo Demográfico 2010 São Paulo. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

KAWAKAMI, A.Y. “Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS e novas formas de assentamentos – uma sistematização do caso do Assentamento professor Luiz David Macedo – Apiaí-SP”. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARTINS, M. Construção do jovem “sem terra”: identidade e participação em um assentamento de reforma agrária. *REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 26., 2008, Porto Seguro.

MATHEUS, F. A. Ciência, terra e poder: uso e apropriação territorial das terras públicas pelo capital no Sudoeste Paulista. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2018.

_____; OLIVEIRA, G. S.; LUZ, M. F. Desafios e Práticas da educação do campo: a experiência do curso de especialização residência agrária em “desenvolvimento territorial, trabalho, educação do campo e saberes agroecológicos”. In: FELICIANO, C.A. et al. (Orgs.). Vivências e Experiências: olhares de educadores do campo sobre o campo. Presidente Prudente: Centelha, 2015.

NOGUEIRA, E. A. Desenvolvimento regional, ocupação do espaço rural e o mercado de trabalho no Sudoeste de São Paulo. Tese (Doutoramento em Geografia). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PORTO, R.S. Projetos políticos de desenvolvimento territorial: territorialidades, significados e o campo de disputas no Sudoeste Paulista. *Revista Ideias. Interfaces em desenvolvimento, agricultura e sociedade*, v.8, n.1, 2014. p. 8-61.

ROMAN, L. C.; REIS, A. Desafios e perspectivas da produção agroecológica no Assentamento Pirituba II. In: FELICIANO, C.A. et al. (Orgs.). Vivências e Experiências: olhares de educadores do campo sobre o campo. Presidente Prudente: Centelha, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de dados. Instituto do Legislativo Paulista. O estado dos municípios 2010-2012. Índice Paulista de Responsabilidade Social. 2012. Disponível em: < <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SHIMBO, J. Z. Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II (SP). Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2006.

SOLIDARIEDADE. Trabalho semi-escravo é denunciado em Itapeva-SP. Sorocaba, dezembro de 1994, ano III, n. 7.

SOSA, M. B.; et al. Revolução Agroecológica: O movimento camponês a camponês. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

TRINDADE, D. R. Constituição social do ser jovem camponês no contexto de assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guanambi, Bahia. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.